

Visão APSEF

A revista que acompanha você

Artigo

Professor da UnB,
Roberto Piscitelli, fala
sobre a meritocracia e o
funcionalismo público

Ações Judiciais

APSEF comemora
conquistas em prol
dos associados

Recadastramento

Aposentados e
pensionistas da União
terão de se recadastrar
anualmente para terem
garantido o pagamento
de seus benefícios



ENTREVISTA

Fernando Dolabela, um dos mais
respeitados especialistas em
empreendedorismo do Brasil, mostra
que empreendedor é alguém que tem
a coragem de se deixar guiar pelas
suas emoções, não importa a idade

Carlos Caetano Bledorn Verri, gaúcho de Ijuí, começou a sua carreira profissional muito cedo e antes dos 20 anos de idade já alcançara fama em seu Estado natal.

Disciplina, foco, compromisso com o trabalho em equipe e, principalmente, liderança, marcaram desde cedo a trajetória de Verri. Jovem, já era reconhecido como um dos melhores do País em sua área de atuação, e logo passou a servir o Brasil em missões por vários países da América Latina.

Fiel às próprias crenças, construiu uma carreira respeitável e retilínea, sem jamais transigir em suas convicções. Nem mesmo quando foi massacrado pela opinião pública brasileira, e até nas capas dos principais jornais, após uma malograda missão na Itália, para o qual fora destacado. Tinha, então, 27 anos incompletos.

Quatro anos depois, novamente representando a nação, lá se foi Verri para os Estados Unidos. E, desta feita, calou seus críticos, alcançou o ápice e o maior prêmio mundial que um profissional de sua área de especialização poderia receber. Um símbolo entregue pelo então vice-presidente norte-americano, Al Gore.

Guiando-se pelos mesmos princípios que nortearam sua carreira desde o início, o gaúcho ainda cumpriu contratos de trabalho na Itália, no Japão e na Alemanha. Aposentou-se, talvez precocemente, aos 37 anos de idade. Final da linha? Não para ele.

Seis anos depois de vestir o pijama, resolvido financeiramente, o jovem aposentado Verri é convidado para retornar à mesma instituição pela qual havia se consagrado mundialmente, 12 anos antes. Aceitou o desafio, mesmo não possuindo experiência alguma para o novo cargo oferecido. Reinventou-se e, mais uma vez, ficou sob os holofotes e sujeito aos mesmos questionamentos da opinião pública acerca de suas capacidades profissionais. Ainda que em outra função, manteve o estilo. E as mesmas convicções.

Neste mês de junho de 2010, ele estará no continente africano, liderando mais uma missão brasileira. Carlos Caetano Bledorn Verri, mais conhecido como Dunga, poderá se tornar o terceiro homem do planeta a conquistar a Copa do Mundo de Futebol como jogador e técnico. Feito somente alcançado pelo também brasileiro Zagallo e pelo alemão Franz Beckenbauer.

Atletas profissionais como Dunga foi um dia, aposentam-se, invariavelmente, antes dos 40 anos, até pela dependência em relação à capacidade física. Alguns conseguem seguir em frente, em outras áreas de atuação. Outros se acomodam, se perdem, aceitam o passar dos dias.

Respeitada as devidas proporções e realidades distintas, assim como os futebolistas, servidores públicos estão entre as categorias profissionais que mais precocemente penduram as chuteiras, descobrindo os benefícios “e também os malefícios” da aposentadoria. O advento do Regime Jurídico Único, no final de 1990, e as constantes ameaças de reforma previdenciária a partir de 1995, fizeram com que muitos buscassem a inatividade como forma de assegurar direitos já conquistados. Não raro, servidores aposentaram-se com menos de 50 anos, alguns antes de chegarem aos 40.

Final da linha? Não necessariamente.

No mesmo mês em que o País inteiro está vestido e inebriado pela famosa camisa canarinho, e parece conduzido pela disciplina – e um pouco de teimosia – do ex-aposentado Dunga, Visão APSEF aborda nesta edição a questão das possibilidades de continuidade das atividades laborativas após a inativação. Uma reflexão a partir de uma pergunta que muitos aposentados fazem a si mesmo quando se vêem desobrigados de “bater o ponto” em uma repartição pública: tenho as condições para ter o meu próprio negócio, motivação para um novo desafio profissional?

Para tanto, Visão APSEF foi ouvir e aprender com o pensamento de Fernando Dolabela, um dos mais respeitados especialistas em empreendedorismo do Brasil, autor de “O Segredo de Luisa” - livro adotado por diversas universidades e cursos de MBA -, e de outras oito obras que abordam o tema. A idéia? Talvez mostrar que nem sempre o final de uma carreira é, obrigatoriamente, o final do ciclo de atividades de uma vida.

E, registre-se, nosso entrevistado bateu um bolão. Marcou um gol de placa, sem dúvida.

Boa leitura!

Visão APSEF

Ano 3 • N° 6 • Junho 2010

Uma publicação da



PRESIDENTE

Maria Cecília Soares da Silva Landim

VICE-PRESIDENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PATRIMÔNIO

Margarida Maria Gonzaga Pereira

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Maria Benedita Ewerton de Sá

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS ASSISTENCIAIS

Maria Eduvirgem Simas Pereira

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS SÓCIO-CULTURAIS

Tania Maria Teixeira

CONSELHO FISCAL

Arthur Oscar Franco de Sá

Priscila Maria Lima Hipólito

Marlene Maria Marsico

Endereço:

SCN Qd. 02, Bloco D, Torre B, Salas 225/227

Edifício Liberty Mall - Brasília/DF

Cep. 70712-903

Telefone: (61)3034-3983/3037-9072

E-mail: presidencia@apsef.org.br

Site: www.apsef.org.br

Revista Visão APSEF

Edição e Coordenação:

Cecília Resende (DF 03344JP)

Reportagem: Bruna Lima

Projeto gráfico e diagramação: Pablo Rodrigues

Conselho Editorial

Maria Cecília Landim

Edson Teramatsu

Cecília Resende

Impressão: Teixeira gráfica e editora

04 Ações Judiciais

APSEF apresenta as trajetórias e os resultados alcançados

07 Entrevista

Fernando Dolabela fala que o aposentado deve canalizar seu tempo e sua sabedoria para empreender

11 Recadastramento

Governo busca evitar e combater irregularidades na concessão de aposentadorias e pensões

13 Taxação dos inativos

Período eleitoral deve adiar a votação da PEC

16 Agenda legislativa

Apesar das expectativas, continuam emperrados no Congresso Nacional projetos de interesse dos aposentados

17 Concurso de Poesias 2010

APSEF promove novo concurso no sentido de incentivar a expressão poética dos seus associados

18 Artigo

Professor Fernando Piscitelli debate o tema “meritocracia e o funcionalismo público”

21 Políticas de Saúde

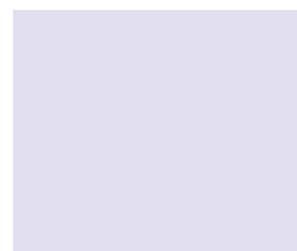
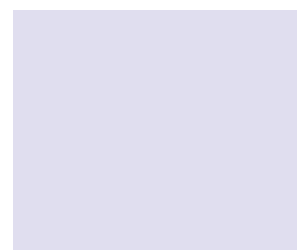
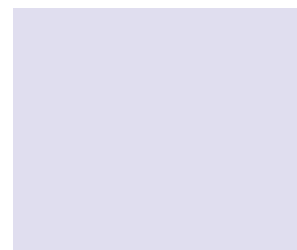
Os servidores públicos federais poderão contar, em breve, com condições mais salubres de trabalho

23 Artigo

Cientista Político Leonardo Barreto analisa os pré-candidatos à presidência da república

26 Craques da bola e da saúde

Terceira idade forma um time cada vez maior de atletas

29 Notas

Ações Judiciais

A APSEF luta pelos direitos de seus associados.
Confira os resultados alcançados

Em 1997 a APSEF nasceu tendo como principal objetivo a defesa intransigente dos direitos dos aposentados e pensionistas do Serviço Público Federal, independentemente de sua origem ou categoria funcional. Sua atuação iniciou-se com o ingresso de inúmeras medidas judiciais – Mandados de Segurança e Ações Judiciais, no sentido de garantir direitos já conquistados, evitar a supressão de parcelas remuneratórias de seus proventos e pensões, e ainda a correção monetária de reajustes pagos.

Também acompanhando as ações do Governo Federal relativamente aos servidores públicos, a APSEF foi surpreendida com o anúncio da reforma previdenciária, com novas regras para a concessão de aposentadorias e pensões, supressão da paridade entre

ativos e aposentados, criação de uma contribuição para os inativos, dentre outros, ensejando a busca da Justiça Federal para preservar os proventos e pensões.

Assim, nesses 13 anos da existência da APSEF, quando mais de uma centena de ações judiciais já tramitaram ou tramitam na Justiça Federal, a revista “Visão APSEF” traz uma “radiografia” dessas ações e a expectativa de resolução pela Justiça Federal e suas consequências.

28,86%

Em janeiro de 1993, o Governo Federal concedeu um reajuste de 28,86% somente aos militares, apesar de naquela data estar em vigência preceito constitucional (Princípio da isonomia de vencimentos), que assegurava a revisão de remuneração aos servidores militares e civis, na mesma data e sem distinção.

Diante do exposto, a APSEF ingressou, em 1997, com diversas Ações Ordinárias para garantir a todos os associados o direito do pagamento integral e corrigido de um retroativo salarial correspondente ao período de janeiro de 1993 (data da concessão do reajuste aos



militares) a julho de 1998 (data da incorporação do reajuste aos civis efetivada pelo Governo).

Todos os processos já foram julgados e os valores devidos foram pagos. Porém, ainda existem valores pendentes, os quais aguardam sentença do TRF sobre a divergência dos cálculos entre Governo e APSEF.

3,17%

Também no ano de sua fundação, a APSEF ingressou com Ações na Justiça Federal buscando o resíduo salarial de 3,17%, visto que, em janeiro de 1995, o Governo concedeu um reajuste de 22,07% aos servidores públicos federais. Na verdade, deveria ser de 25,95%, gerando uma diferença de 3,17%, que seria a média dos doze meses do ano de 1994, conforme disposto na Lei 8.880/94.

As ações tiveram êxito em 2005, mas os valores devidos não foram pagos em face da discordância da União, que interpôs recurso. No início deste ano, a APSEF aceitou proposta de acordo para permitir o pagamento dos valores ainda neste exercício.

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PARA APOSENTADOS

Outra conquista diz respeito à contribuição previdenciária dos inativos determinada pela Medida Provisória 1.415/96. A APSEF ingressou, em 1997, com Ações Ordinárias, sendo concedida a tutela antecipada, assegurando que os associados não sofressem o desconto de 11% de seus proventos, no período de 1997 a 2003. Neste ano, o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da ADI nº 3.105, declarou a constitucionalidade da taxação do servidor inativo, tendo como fundamento a Emenda Constitucional nº 41/2003.

REDUÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS AGREGADOS

Os Agregados tiveram assegurados, em 1967, pelo Decreto-lei 200/67, o direito de continuarem percebendo seus vencimentos e proventos com base nos vencimentos de cargos em comissão, após dez anos de exercício ininterrupto, nos termos da Lei 1.741/52.

Posteriormente, a Lei 6.703, de 1979, fixou regras para a continuidade do pagamento e reajustes salariais, os quais estavam diretamente vinculados aos respectivos cargos em comissão, inclusive se transformados ou reclassificados por legislação superveniente.

Lamentavelmente, a partir de 1997, entendimentos administrativos ameaçavam aquela situação constituída há mais de 30 anos, no sentido de reduzir proventos, direitos e vantagens. Diante de tal realidade, a APSEF ingressou algumas medidas judiciais, a fim de evitar quaisquer prejuízos remuneratórios aos mais de 600 associados que se enquadravam naquela situação, tendo sido concedida antecipação de tutela para evitar a redução salarial. Todas as ações aguardam julgamento definitivo.

GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO

O Governo Federal iniciou uma estratégia para conceder melhoria salarial mediante a criação de Gratificações de Desempenho a serem pagas em decorrência da aferição do desempenho funcional do servidor. Essa política adotada pelo Governo Federal eliminou praticamente a concessão de reajustes gerais, reduzindo determinação constitucional relativamente ao tratamento igualitário entre ativos e aposentados.

Tal situação se concretizou mediante legislação específica, no sentido de que o pagamento da respectiva gratificação estaria vinculado, obrigatoriamente, a aferição do desempenho funcional. Mas, prevendo a “morosidade” em estabelecer as normas para a “avaliação”, o Governo inseriu regra, segundo a qual, enquanto não houvesse a aferição do desempenho, aos servidores em atividade seria assegurado em torno de 80% do valor fixado.

E aos servidores que se encontravam aposentados, quando da publicação dos respectivos diplomas legais, seria assegurado o pagamento correspondente à metade do valor devido aos servidores em atividade.

A APSEF, a partir de 2002, logo após o advento da Lei nº 10.404/02, que criou a GDATA, ingressou com Ações Judiciais para garantir aos associados o pagamento daquela gratificação no mesmo percentual assegurado aos servidores em atividade.

Finalmente em outubro de 2009, o STF expediu a Sumula Vinculante n.20, reconhecendo o direito dos aposentados a receberem a GDATA no mesmo valor dos servidores ativos. A aplicação da Súmula ocorre em cada processo judicial quando protelada a sentença pela Justiça Federal.

Recentemente, foi julgado o Processo n 2004.34.00024190-1 da APSEF, tendo sido iniciadas as providências para a execução e conseqüente pagamento devido.

A partir de 2003 foram criadas novas Gratificações, inclusive umas sucedendo outras, sempre adotando o mesmo critério para os aposentados.

Diante disto, a APSEF impetrou cerca de 20 ações, relativamente a cada uma das gratificações criadas. Segundo a presidente da APSEF, Maria Cecília Landim, a expectativa é positiva, “uma vez que, recentemente, a Advocacia Geral da União (AGU) deu orientação no sentido de que a GDPTAS seja paga aos aposentados no mesmo valor assegurado aos ativos, no período de julho de 2006 a janeiro de 2009”.

“A divulgação dessa súmula pela AGU nos dá a esperança de que o mesmo entendimento possa ser estendido às demais ações que tramitam na justiça com o mesmo objetivo”, explica Landim.

OUTRAS AÇÕES DA APSEF

A Associação também ingressou na justiça com inúmeras ações que envolvia redução de remuneração nos mais diversos direitos dos aposentados que estavam sendo ameaçados, tais como: pagamento dos 10,8%, FGTS, VPNI, Quintos, extensão do reajuste do DAS 1,2 e 3 aos servidores agregados, Bienal e outros.

Apesar dos percalços e entraves que a justiça brasileira impõe em muitas destas ações e em tantas outras, a APSEF avalia que os ganhos mais positivos foram com relação aos 28,86%, cujos pagamentos se iniciaram em 2008 e continuam em andamento; os 3,17% também em fase de pagamento; e, em 2010, a solução da GDATA, pois, com o julgamento definitivo da Ação, estão sendo iniciados os procedimentos para o pagamento aos associados.

Apesar de análise positiva, a presidente da Associação, Maria Cecília Landim, avalia que muitos pleitos poderiam ser solucionados por meio de acordo, “evitando centenas de milhares de demandas judiciais que causam prejuízos a todos, principalmente daqueles temas em que já existe grande tendência do Judiciário para reconhecer o direito pleiteado. Neste caso, ressaltar as inúmeras gratificações que guardam perfeita correlação com a situação da GDATA.”



SALDO POSITIVO

Apesar dos percalços e entraves que a Justiça brasileira impõe em muitas destas ações e em tantas outras, a APSEF analisa como positivo os ganhos até o momento. Parte das conquistas, como os percentuais de 28,86% e 3,17%, foi resultado da meta 2 do Poder Judiciário, que consiste em identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos aqueles distribuídos até 31/12/2005, seja em 1º, 2º grau ou Tribunais Superiores.

A presidente da Associação, Maria Cecília Landim, avalia que muitos pleitos poderiam ser solucionados por meio de negociação, o que “evitaria longas demandas judiciais que causam prejuízos a todos”.

Segundo ela, muitas ações decorrem da não observância do Estado ao direito adquirido, uma vez que há perda de vantagens do servidor no momento da aposentadoria e/ou tempos depois.

Empreendedorismo na terceira idade

FERNANDO DOLABELA, um dos mais conceituados nomes no ramo do empreendedorismo no Brasil, fala com exclusividade à revista “Visão APSEF”. Segundo ele, o aposentado tem tempo, energia e sabedoria que podem e devem ser canalizadas para empreender.

Criador dos maiores programas de ensino “empreendedorismo do Brasil” na educação básica e universitária, Dolabela é autor de 9 livros, tendo como destaque o best seller “O segredo de Luísa” - adotado por diversas universidades e cursos de MBA. O livro relata a trajetória de vida de Luísa que, graduada em Odontologia em Belo Horizonte para satisfazer os anseios de seus pais, acalentava o grande sonho de tornar-se uma empresária de sucesso. Inspirada na tia Fernanda, uma comerciante nata, Luisa começou a industrializar a goiabada cascão produzida por sua tia e, consolidada a venda de goiabada em tabletes, o produto tornou-se um grande sucesso tanto no mercado interno como no externo. Após enfrentar vários desafios, Luísa concretizou seus sonhos e tornou-se uma grande empresária, sendo agraciada com o prêmio de Empreendedor Global do Ano.

Baseado nesta premissa, de que é preciso sonhar e transformar os sonhos em realidade, Dolabela diz que um empreendedor é alguém que tem a coragem de se deixar guiar pelas suas emoções e pela sua paixão, não importa a idade. Acompanhe trechos da entrevista.



Visão APSEF: A estudante de Odontologia de “O Segredo de Luísa” descobre sua vocação para o negócio próprio aos 20 anos. Outras “Luísas” da vida real – maduras, aposentadas e com mais de 60 anos - podem também almejar o mesmo sucesso?

Fernando Dolabela: As pessoas podem e devem sonhar, não importa a idade. Conheço uma pessoa de 80 anos que teve câncer na próstata e criou um produto para incontinência urinária, com patente registrada em todos os países do mundo. O que acontece na nossa cultura é que não somos estimulados a sonhar (o sonho que se sonha acordado), no sentido de conceber um futuro que dese-

amos, e transformá-lo em realidade. Eu descobri, depois que criei esse conceito que a pergunta “qual é o seu sonho” não é feita na nossa cultura. Pais, professores, líderes políticos não fazem essa pergunta. Talvez porque uma pessoa que sonha não é controlável. Em outras palavras, em uma sociedade de comando e controle, sonhar é perigoso. No Brasil, não somos estimulados a decidir sobre o nosso próprio futuro. A cultura nos mostra um figurino de profissões e nos induz a fazer uma escolha que não necessariamente diz respeito às nossas preferências, às nossas paixões. Ora, um empreendedor é alguém que tem a coragem de se deixar guiar pelas suas emoções, pela sua paixão.

Visão APSEF: O fluxo de inserção profissional se dá de fora para dentro...

Fernando Dolabela: Isso mesmo. Quando a pessoa vai entrar no mercado de trabalho, ela na verdade faz um grande esforço para se adaptar aos postos oferecidos. Ela cede aos requisitos do cargo e se amolda da melhor forma possível. Muitas vezes o preço que paga é muito alto: a própria felicidade. O modelo industrialista de inserção no mundo do trabalho é uma fábrica de infelicidade. Ele propõe a ruptura entre trabalho e emoção e submete o empregado a uma relação de comando e controle. “Manda quem pode” e “obedece quem tem juízo” são máximas desse modelo. A busca do trabalho sob a forma de emprego denota dependência. Ou seja, o mundo está organizado e eu devo me encaixar neste mundo. O empreendedor faz o inverso. Ele cria o próprio cargo, a própria função, independentemente do que existe e, normalmente, à revelia do que existe. Ele não está preocupado em se encaixar no mundo, ele cria sua própria atividade. São dois fluxos de inserção completamente diferentes. Para ilustrar isso, faço a seguinte metáfora: uma garota de 22 anos tinha acabado de se graduar e mostrou para o pai o seu cartão de visitas. O pai pegou o cartão e disse: você é presidente? Ela respondeu: sou sim. E ele: olha, eu tenho 50 anos de idade, subi por todos os postos e cheguei a diretor. Presidente eu nunca fui. E você já chega por cima? E ela disse: eu não tenho que

subir uma escada para chegar onde desejo, começo onde desejo, no topo. Essa breve história serve para mostrar que o empreendedor não se apega ao que existe, ele cria. Acontece que muitas pessoas, ao se aposentarem não sabem como usar o tempo e a energia que dispõem porque não foram preparados para isso. Saber sonhar e transformar sonhos em realidade demanda tempo e persistência. Ou seja, a nossa cultura não forma empreendedores.

Visão APSEF: A nossa Luisa da terceira idade não tem nenhum sonho específico e nenhuma especialização. Mas tem tempo disponível e um enorme desejo em ter uma empresa para chamar de sua. Qual orientação daria para alguém com esse perfil?

Fernando Dolabela: A grande maioria das pessoas não se pergunta sobre o próprio sonho. Nem sempre é fácil descobrir do que nós gostamos. A nossa cultura não aproveita a energia e sabedoria dos aposentados. Eles devem ter consciência do seu valor, da sua capacidade, da experiência insuperável e do quanto a sociedade deles necessita. Eles têm pela frente um espaço e um tempo muito relevantes. A aposentadoria às vezes é uma punição para quem gosta do que faz. A gente acaba esquecendo que o trabalho significa uma relação social afetiva, porque alguém está oferecendo aos outros o que melhor sabe fazer; é a principal fonte de integração social.

Visão APSEF: Luísa inspirou-se na goiabada cascão da Tia Fernanda, e foi conhecendo as pessoas certas durante o processo de construção da Goiabada Maria Amália. Nem todos aqueles que desejam empreender, todavia, convivem ou encontram pessoas que lhes mostrem o caminho. Qual conselho daria para aqueles que não sabem por onde começar?

Fernando Dolabela: Os empreendedores são assim muito em função das relações que estabelecem. Se eu sou de uma família empreendedora, eu tendo seguir este caminho. Mas é claro que existem pessoas que seguem tal passo sem vir de uma família empreendedora. Há um pesquisador que diz, diga-

me com quem tu andas e te direi que empreendedor deseja ser. É importante conviver com empreendedores e, principalmente, buscar dentro de si aquilo que gosta, que lhe sensibiliza e emociona. O empreendedor é, acima de tudo, uma pessoa que se emociona.

Visão APSEF: Qual o ponto inicial ...

Fernando Dolabela: O ponto inicial é se perguntar: o que eu gosto de fazer, o que eu quero fazer. O que pode me deixar feliz e, ao mesmo tempo, contribuir para os outros? O empreendedor tem sempre um aspecto ético que não é um processo ego centrado. A parte operacional, com a qual todo mundo fica preocupado, é a mais simples. Existem, por exemplo, órgãos que oferecem ajuda, como o Sebrae, além de informações na internet e softwares de planejamento de empresas, de auto-aprendizado, dirigidos a pessoas completamente leigas. O que quero dizer é que, para se abrir uma empresa, a pessoa não tem que fazer cursos de administração, nem MBA, nem mestrado, e não precisa ser economista, nem contador. Existem instrumentos simples que permitem que elas dominem a área operacional para administrar a empresa. O mais importante é buscar energia dentro de si. Isto porque a empresa, diferentemente do emprego, exige 24 horas por dia de dedicação, 7 dias na semana. A empresa é o empreendedor, não tem como sair dela. Assim sendo, a relação do empreendedor com a empresa tem que ser de paixão. Então, a primeira pergunta para se abrir um negócio é: o que me apaixona?

Visão APSEF: Existe idade para isso?

Fernando Dolabela: Não existe essa relação, pois a força que vem de uma paixão está em qualquer idade. Estamos falando de vida. Empreendedorismo é vida. O emprego é vinculado a competências específicas. Ao ser entrevistado para um emprego, as pessoas lhe perguntam: o que você sabe? No empreendedorismo a pergunta é: qual é o meu sonho? Quando as pessoas fazem o que gostam, têm energia. Não importa a idade.

Visão APSEF: Servidores públicos, durante sua trajetória profissional, pouco convivem com atividades que envolvem lucro, investimento ou risco. Uma vez aposentados, por vezes imaginam poder iniciar um negócio próprio. Como se tornar um empreendedor na terceira idade, sem nenhuma experiência anterior? É possível inocular o vírus do empreendedorismo naqueles que chegaram à terceira idade?

Fernando Dolabela: Quando você compara uma pessoa de 25 anos com uma de 60, a primeira tem mais energia física, mas tem menos sabedoria e experiência. A pessoa com mais idade pode canalizar toda sua sabedoria para empreender. Porém, saber cozinhar, por exemplo, não é suficiente para se abrir um restaurante. A pergunta que se deve fazer é: eu quero ter um restaurante? As pessoas devem se concentrar no que desejam. Para melhor ilustrar o que digo, eu vou reproduzir uma história que está no meu livro “O Segredo de Luísa”, que conta sobre o trabalho de uma artista plástica que fazia cerâmica. Ela queria casar-se e não tinha dinheiro. Seguindo o conselho de muitas pessoas, ela abriu uma loja para vender seus produtos e ganhou muito dinheiro, pois as cerâmicas eram muito bonitas. Porém, um dia ela resolveu fechar o negócio porque se cansou das clientes que queriam pechinchar. Para ela, o seu trabalho era uma obra de arte e não admitia discutir preço. Isso mostra que tal pessoa não estava sabendo o que queria. Na verdade, ela queria ser apenas artista e não ter uma loja. Então é importante ter um foco. O auto-conhecimento é um segundo passo muito importante. Preciso saber quem eu sou, o que sei e, principalmente, o que não sei, para poder buscar em outros aquilo que posso fazer.

Visão APSEF: Observa-se que muitas pessoas que dedicaram a vida inteira ao serviço público, ao se aposentar, acabam dedicando-se e obtendo relativo sucesso na iniciativa privada ao atuarem como consultores. Por vezes, no entanto, acabam não administrando essa nova carreira sob uma perspectiva empresarial. Que conselho daria para pessoas que podem e pretendem trilhar esse caminho?

Fernando Dolabela: O serviço público é diferente da iniciativa privada. Entre os elementos que os diferem estão o tempo e o processo. O funcionário público só pode fazer o que a lei manda e descreve. Enquanto que na iniciativa privada as pessoas podem fazer tudo o que a lei não proíbe. Há acentuadas diferenças entre a prática de gestão na vida pública e a prática da iniciativa privada. Na iniciativa privada, o tempo é fundamental e o resultado vem em primeiro lugar. No serviço público, muitas vezes é o inverso. Em um inquérito policial, o delegado tem que seguir todos os trâmites previstos em Lei. Ele é obrigado a dar ênfase ao processo em detrimento ao resultado porque, caso contrário, pode se transformar em réu. Ou seja, o processo assume uma importância maior do que o resultado que seria achar o criminoso. Apesar destas discrepâncias, o aposentado do serviço público tem todas as condições de oferecer seu conhecimento na iniciativa privada, mas tem que passar por um processo de adaptação aos novos padrões.

Visão APSEF: Que outros pontos são importantes para ser empreendedor?

Fernando Dolabela: Já vimos que os primeiros passos são aprender a sonhar e desenvolver o auto-conhecimento. Algo também fundamental é o empreendedor tecer uma rede de relações que possa apoiar a realização do seu sonho. Na iniciativa privada é preciso oferecer algo que seja melhor do que aquilo que está no mercado. É preciso descobrir o problema e apresentar uma solução. O problema é a necessidade não satisfeita. Aí é que existe alguém disposto a pagar alguma coisa. Ninguém paga por algo que não precisa. Então o que fazer? Criar uma rede de relações. Ou seja, tem que se relacionar com as pessoas que possam contribuir para que transforme o seu sonho em realidade. Outro passo importante é conhecer profundamente o ambiente em que vai atuar: saber qual a lucratividade, qual a tendência, como o cliente gosta de comprar, qual a prática de negociação, etc. Não basta saber cozinhar para abrir um restaurante. Isso representa 5% do sucesso do

mundo empresarial. Há também que aprender a aceitar o risco, intrínseco em toda atividade humana. O empreendedor não gosta de risco, mas aceita-o como uma condição inevitável. As pessoas também precisam estar preparadas para as oscilações do mundo, que são naturais.

Visão APSEF: O senhor já se mostrou um crítico em relação à cultura predominante no País de que é melhor assegurar um cargo público que iniciar um empreendimento de risco. Por outro lado, os números indicam que a maior parte das empresas constituídas fecha as portas antes de completar dois anos de existência. Onde é que o Poder Público erra ou acerta quando analisamos a quantidade de vagas abertas por meio de concursos públicos e a política de incentivo ao empreendedorismo no Brasil?

Fernando Dolabela: No Brasil estimulamos os jovens a buscar uma estabilidade prematura. Há dois tipos de pessoas que procuram o serviço público. O primeiro é formado por aquelas pessoas que entram para servir e contribuir, e têm vocação; o segundo são aquelas que buscam, exclusivamente, a estabilidade. Ora, se nós estimulamos a nossa elite a entrar no serviço público com esse último objetivo, estamos criando um problema sério. É claro que o serviço público precisa dos melhores cérebros, mas algo está errado nas pessoas que buscam o serviço público apenas pensando na estabilidade. É preciso mudar essa cultura.

Visão APSEF: Gostaria de deixar alguma mensagem para os nossos associados?

Fernando Dolabela: A quantidade de pessoas na terceira idade cresce em nosso país. Precisamos aprender a dar o devido valor e respeito a essa categoria, de importância essencial em todos os aspectos, da economia às artes, do ensino ao entretenimento. Outra mensagem que julgo importante deixar nessa conversa é que não há melhoria de vida, geração de emprego e futuro sem empreendedorismo. Para melhorar a qualidade de vida, ter condições de combater a miséria, não há outro instrumento a não ser empreender.

SEPARANDO O JOIO DO TRIGO

Governo exige recadastramento para evitar e combater irregularidades na concessão de aposentadorias e pensões

Aposentados e pensionistas da União terão de se recadastrar anualmente para terem garantido o pagamento de seus benefícios. A medida foi regulamentada pelo Decreto N° 7.141, de 29 de março, e já começa a valer a partir deste ano. A atualização vai de agosto a novembro e será promovida em todos os estados brasileiros.

O interesse do governo em atualizar os dados cadastrais dos cerca de 700 mil beneficiários, cujos pagamentos são processados pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), tem uma razão de ser. A Corregedoria-Geral da União (CGU), por meio de cruzamentos entre as bases de dados do Governo Federal e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), apurou irregularidades em 2.394 aposentadorias. A suspeita é de que servidores tenham se aposentado tanto no Regime Próprio do Servidor Público Federal (RPSS) quanto no Regime Geral de Previdência Social

(RGPS) usando o mesmo tempo de contribuição nos dois regimes.

O suposto pagamento indevido de uma das duas aposentadorias a esses servidores pode ter causado um prejuízo em torno de R\$ 46,2 milhões por ano aos cofres da União, segundo análise da CGU. A cifra, em um exame considerando o período de recebimento irregular como o compreendido entre a data de inatividade, para o RPPS, e a data de início do benefício (DIB), para o RGPS, até junho de 2009, pode representar um montante que ultrapassa os R\$ 270 milhões, isso sem contar com a devida atualização monetária.



Paulo Cardoso, militar da reserva

De acordo com a secretária-adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Maria do Socorro Mendes, o censo previdenciário de que trata o decreto tem por finalidade combater possíveis irregularidades, mas configura também

uma necessidade diante do novo padrão tecnológico de registro dos servidores, que será implantado a partir do próximo ano. “Também não é uma caça só aos desvios, embora saibamos que poderão aparecer. Trata-se da necessidade de melhorar a qualidade dos dados para que possamos exercer controle rigoroso e examinar a legitimidade e a legalidade na concessão de aposentadorias e pensões. É uma questão de transparência e de melhoria da gestão”, definiu.

O CENSO PREVIDENCIÁRIO

Segundo a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MP), o prazo de 4 meses, considerado extenso, é para minimizar ao máximo os transtornos que, eventualmente, possam ocorrer durante o processo, já que os aposentados e pensionistas deverão comparecer pessoalmente a uma agência do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal para efetuar o cadastramento.

Paulo Cardoso, militar da reserva que também se encaixa no perfil dos inativos que serão convocados a fazer o cadastramento, julga a iniciativa válida no sentido em que “permitirá ao Governo Federal identificar e corrigir as falhas”. “Não me oponho a esse tipo de chamado, ainda mais tendo sob pena a suspensão dos meus proventos”, brinca.

Para quem não está com a saúde e a disposição tão em dia como Paulo, a atualização também poderá ser feita por procuração. Os portadores de doenças graves, ausentes do país ou que estejam impossibilitados de se locomover poderão nomear um representante legal. Nesses casos, haverá a visita de um assistente social do INSS para comprovar que o beneficiário está realmente vivo.

Para agendar a visita à agência bancária e também para esclarecer as dúvidas mais comuns, a SRH/MP informa que colocará à disposição dos beneficiários, a partir de agosto, um número 0800. O canal de comunicação tem por objetivo evitar as famigeradas filas que, frequentemente, caracterizam esse tipo de processo. “Tão logo começa o processo efetivo de atualização, ele poderá marcar um horário para ser atendido”, explica a secretária-adjunta. “Não queremos causar qualquer constrangimento aos servidores aposentados, pois temos extremo respeito por eles e queremos que todo o processo ocorra de maneira tranqüila”, acrescenta.

Ela lembra ainda que, além de o prazo ser bastante dilatado, o governo ainda vai ter o cuidado de enviar correspondência aos que não comparecerem até a data limite. Depois disso, o servidor ainda terá 30 dias para se apresentar antes de ocorrer a suspensão do pagamento. E só 60 dias depois ocorrerá efetivamente a exclusão da folha.



Aposentados assistem a seção do plenário da Câmara dos Deputados

Um cabo de guerra sem fim

Período eleitoral deve adiar votação da PEC
que trata da taxaço dos inativos



Caminha a passos lentos a tramita  o da PEC 555/06, que dispõe sobre a extin  o da contribui  o previdenciária dos aposentados do serviço público federal. E as previsões são pessimistas. Embora já tenha antecipado que apresentar   parecer favorável, o relator da Comissão Especial que analisa a proposi  o, deputado Luiz Alberto (PT-BA), declarou não acreditar que a aprova  o saia ainda este ano.

“Meu parecer será favorável porque a aprova  o da PEC vem justamente para garantir o fim das injustiças contra os servidores aposentados, mas, provavelmente,

ela só será votada depois das elei  es. Faz-se necessário uma mobiliza  o nacional das entidades representativas na Câmara dos Deputados, conversando com os parlamentares sobre a importância da aprova  o desta PEC”, afirma o deputado.

Em andamento mesmo, somente as audiências públicas para discussão da temática, onde a queda de braço entre governo e entidades de defesa dos inativos fica mais evidente. “Temos que ter uma entidade que esteja blindada para poder pagar esses benefícios. A contribui  o do inativo ou aposentado e pensionista    importante”,

defendeu o secretário de Políticas do Ministério da Previdência Social, Fernando Rodrigues da Silva, durante audiência realizada no dia 28 de abril.

Segundo Fernando Rodrigues, a manutenção da cobrança é baseada nos princípios de solidariedade e da continuidade da contribuição. “Não seria justo nem adequado jogar todo o ônus em cima de uma única geração. Apesar disso, reconhecemos como legítima a insatisfação dos aposentados”, declarou.

RETROSPECTIVA

Uma insatisfação que se arrasta desde maio de 2004, quando a contribuição dos servidores públicos inativos passou a ser cobrada. À época, o teto de isenção dos servidores era de R\$ 1.505,23. Em agosto do mesmo ano, decisão do Supremo Tribunal Federal – STF impôs ao governo a elevação do teto de isenção dos servidores para R\$ 2.508,72, o teto da aposentadoria do regime

geral da Previdência. Pelas normas atuais, a taxa é de 11% sobre o que exceder o teto da Previdência, que é de R\$ 3,4 mi. Com a aprovação da PEC, o Governo passaria a receber cerca de 60 milhões a menos por mês, algo em torno de 1,35% do valor da folha.

Para a presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal - APSEF, Maria Cecília Landim, o valor arrecadado pelo governo com a taxa dos inativos é ínfima frente ao montante da folha, ao passo que, para os aposentados, configura um desconto injusto. “O propósito da APSEF é defender o direito dos servidores inativos e preservar seus proventos, pois, afinal, tiveram uma vida dedicada à serviço do vem público e não achamos justo que lhes sejam subtraídos 11% . Porém, se for para permanecer com a taxa, que, no mínimo, o dinheiro arrecadado seja revertido em benefício para esta categoria, como por exemplo, investimento em saúde pública”, destacou Landim.



UM LONGO CAMINHO

Especulações à parte, o fato é que a proposição ainda demorará um bocado para chegar às mãos do Presidente. A partir do parecer do relator, a comissão especial terá o prazo de 40 sessões do Plenário para proferir parecer. Depois, a PEC deverá ser votada pelo Plenário em dois turnos, com intervalo de cinco sessões entre uma e outra votação. Para ser aprovada, precisa de pelo menos 308 votos (3/5 dos deputados) em cada uma das votações.

Depois de aprovada na Câmara, a PEC segue para o Senado, onde é analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e depois pelo Plenário, onde precisa ser votada novamente em dois turnos.

Se o Senado aprovar o texto como o recebeu da Câmara, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado. Se o texto for alterado, volta para a Câmara, para ser votado novamente. A proposta vai de uma Casa para outra (o chamado pingue-pongue) até que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas.

Após o parecer do relator, o texto deverá seguir para votação dos demais membros da comissão especial para então ir a plenário. Somente após essa votação, o presidente da república poderá sancionar ou vetar o projeto de emenda à Constituição.



O POVO FALA

“O déficit da previdência deve ser corrigido de outra forma. Não é justo que, depois de aposentados, tenhamos que continuar contribuindo. Isso é um absurdo sem tamanho, sobretudo quando sabemos que, para o governo, o valor arrecadado com essa taxa é irrisório”.

*Tânia Teixeira,
aposentada do quadro do INSS*

“O mínimo que o presidente Lula deve fazer é aprovar o fim dessa Contribuição Previdenciária. É necessário restituir o que já estava garantido na Constituição àqueles que dedicaram à vida profissional à administração pública”.

*Terezinha Alves,
aposentada do quadro do INSS*

“Embora não seja aposentado, me preocupo com a questão da Contribuição Previdenciária. Afinal quem é que quer contribuir por 35 anos e, depois da merecida aposentadoria, continuar tendo uma parte dos proventos diminuída em 11%? Quando jovens pagamos para garantir a nossa aposentadoria. E depois de aposentado, pagaremos para que? Não faz sentido”.

*Serginho Costa Lima,
servidor do TSE*

“O mais engraçado é que o governo continua cobrando, mas sem nenhum tipo de contrapartida. Não temos sequer um plano de saúde que justifique a manutenção desta contribuição”.

*Francisco Sales da Silva,
servidor da polícia civil*

Agenda legislativa

Prioridade, mas nem tanto...

Apesar das expectativas, continuam emperrados no Congresso Nacional os projetos de aposentadoria especial, idade mínima para saque do FGTS e isenção especial do imposto de renda, cujos temas foram abordados na edição número 5 da revista “Visão APSEF”.

Além destes, cerca de 300 proposições de interesse do servidor ativo e inativo da União encontram-se em tramitação na Câmara e no Senado Federal.

Com o período eleitoral, a previsão é que elas mantenham-se estagnadas e sejam arquivadas por conta da troca de legislatura. Para a retomada dos trâmites, é necessário que um deputado faça um requerimento solicitando o desarquivamento de matéria.

Acompanhe o trâmite de cada uma delas:

APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

Continua em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP 555/10) que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial a servidores públicos. A proposição tramita agora em conjunto com o PLP-472/2009, que trata de assunto semelhante e, antes de ir a plenário, será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação; e Constituição, Justiça e de Cidadania.

Apesar do regime de prioridade, comum a projetos de lei complementar, não há expectativa de aprovação esse ano.

ISENÇÃO ESPECIAL DO IMPOSTO DE RENDA

Tramita também em regime de prioridade na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 7172/2010 que reduz para 60 anos a idade mínima do beneficiário da parcela isenta do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos pela previdência social. Já aprovada em caráter terminativo no Senado Fe-

deral, a matéria agora segue para a apreciação nas Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados.

De acordo com a assessoria do deputado José Guimarães (PT-CE), relator da Comissão de Finanças e Tributação, ainda não há parecer quanto ao texto.

IDADE MÍNIMA PARA SAQUE DO FGTS

Está na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 6609/09 que reduz de 70 para 65 anos a idade mínima para o trabalhador ter direito a sacar o dinheiro em sua conta vinculada no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A apreciação segue em caráter de prioridade e após análise nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, deverá ir à sanção presidencial.

Embora já tenha sido designado o relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, o deputado Sandro Mabel, ele declarou ainda não ter tido acesso ao relatório.



Concurso de Poesias 2010

Portaria APSEF-GP n° 08/2010

A PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - APSEF, no uso de suas atribuições estatutárias, e atendendo pleitos, resolve promover o Concurso de Poesias 2010

Maria Cecília Soares da Silva Landim

REGULAMENTO

- Art. 1º. O Concurso visa incentivar a expressão poética dos seus associados.
- Art. 2º. Poderão participar do concurso todos os associados da APSEF.
- Art. 3º. Cada participante poderá apresentar até 2 (dois) trabalhos inéditos, sendo considerado trabalho inédito aquele que não tenha sido exposto ao conhecimento público através de qualquer meio.
- Art. 4º. As poesias, com tema livre, deverão ser enviadas em papel impresso, em espaço duplo e um máximo de 50 (cinquenta) linhas, em 2 (duas) vias para cada trabalho concorrente.
- Art. 5º. Os trabalhos deverão ser remetidos até o dia 14 de setembro de 2010, juntamente com a ficha de inscrição, para a APSEF, no endereço de sua sede: SCN - Quadra 02 - Bloco D - Torre B - Salas 225/227 - Edifício Liberty Mall - Brasília - DF - CEP: 70.712-903.
- Art. 6º. A Comissão Julgadora será composta de três membros escolhidos pela Presidente da APSEF.
- Art. 7º. Serão concedidos, em valor, prêmios aos 3 primeiros classificados:
- 1º lugar: Prêmio no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais);
 - 2º lugar: Prêmio no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
 - 3º lugar: Prêmio no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).
- Art. 8º. As poesias premiadas serão publicadas na revista "VISÃO APSEF" e no portal institucional.
- Art. 9º. Os trabalhos não premiados serão publicados no portal institucional, sendo entregue aos autores "Certificado de Participação" no concurso.
- Art. 10º. A Comissão Julgadora terá um prazo de trinta dias, a contar da entrega dos trabalhos dos concorrentes, para apresentar o resultado do julgamento dos mesmos.
- Art. 11º. Os resultados do Concurso serão anunciados no portal institucional da APSEF (www.apsef.org.br).
- Art. 12. A ficha de inscrição encontra-se encartada nesta revista.

Meritocracia



Por Roberto Bocaccio Piscitelli

Meritocracia, um tema muito em voga, é, segundo o Dicionário Houaiss, o predomínio numa sociedade, organização, grupo, ocupação, etc, daqueles que têm mais méritos (os mais trabalhadores, mais dedicados, mais bem dotados intelectualmente, etc). É também designação para classe ou grupo de líderes num sistema desse tipo. Ou ainda um sistema de recompensa e/ou promoção (por exemplo, num emprego) fundamentado no mérito pessoal.

No discurso dos dois candidatos mais bem posicionados nas pesquisas eleitorais para a Presidência da República, manifesta-se a

“A meritocracia é, em princípio, o sistema desejável. O servidor deve estabelecer uma relação primordial com o Estado, o cidadão, e não com cada governo”

intenção de uma Administração mais eficiente, com profissionalismo. Choque de gestão e avaliação de desempenho têm sido expressões corriqueiras. Há muita gente interessada na qualidade dos serviços e na satisfação da clientela.

Obviamente, a fronteira entre o significado desses conceitos e a sua aplicação prática com as ideologias políticas e econômicas dominantes é muito tênue. Essa discussão sempre encobre concepções sobre o tamanho e as funções do Estado, bem como sobre a extensão ao Setor Público dos critérios adotados pelo setor privado. Mas apresenta

vários desdobramentos, como, por exemplo, a proporção dos cargos em comissão e das funções de confiança, e as formas de seu preenchimento (ou os critérios para a nomeação/exoneração de servidores ou não para esses cargos e funções).

De qualquer modo, entretanto, uma premissa nos parece inafastável: o concurso público para ingresso no Serviço Público, por maiores que sejam as imperfeições na forma e no conteúdo dos processos seletivos, ainda é – e provavelmente continuará a sê-lo por muito tempo – o modo mais democrático de seleção dos mais aptos, dos melhores, e a estabilidade é o melhor antídoto contra a idéia de que governo e Nação são a mesma coisa.

Especificamente a respeito da avaliação de desempenho e as dificuldades em implementá-la - admitindo-se que ela seja indispensável, ou pelo menos desejável -, o primeiro aspecto a ser ressaltado é o desafio representado pela absoluta necessidade de definir com clareza os objetivos de cada órgão ou entidade, e fixar as metas a serem perseguidas. Esta, aliás, sempre foi uma das dificuldades dos responsáveis pelo controle: trata-se de objetivos e metas institucionais, e falta continuidade.

No Setor Público, por definição, avaliar resultados é em regra bem mais difícil. Em primeiro lugar, pela pouca comparabilidade dos serviços ofertados, alguns dos quais em caráter exclusivo pelo Estado. Em segundo lugar, pela complexidade de fatores a serem considerados, com seus efeitos não mensuráveis de toda ordem: econômicos, sociais

e políticos. (Sob determinadas circunstâncias, a avaliação será de natureza essencial-

mente qualitativa, dependendo das percepções e até dos valores dos indivíduos.) Em terceiro lugar, a avaliação possui componentes individual e coletiva, que não são facilmente dissociáveis.

A par das características até aqui apontadas, outro grande obstáculo resulta dos questionamentos acerca de quem é (são) o(s) avaliador(es) e de que métodos se valerão para executar sua tarefa.

Em suma, a avaliação pode ser um importante instrumento para a melhoria da qualidade dos processos administrativos, mas oferece o risco de

constituir-se em poderosa arma que leve à submissão e iniba a inventividade.

Em nossa Administração, além de não termos verdadeiros planos de carreira, com perspectivas de longo prazo para o servidor, não há, de modo geral, sistemas de progressão que vinculem ou associem atribuições, responsabilidades, a níveis, referências, degraus.

Mas é provavelmente o critério (?) para designação de chefias que se apresenta, hoje, como o fator mais relevante para a falta de qualquer tipo de legitimidade para a implementação de um sistema de avaliação do desempenho individual. Seu preenchimento, mesmo em se tratando de servidores de carreira, em servidores efetivos, carece, na grande maioria dos casos, de qualquer padrão de objetividade. A chamada confiança pessoal continua referenciando as escolhas das chefias. O vínculo estabelecido entre as

“A avaliação pode ser um importante instrumento para a melhoria da qualidade dos processos administrativos, mas oferece o risco de constituir-se em poderosa arma que leve à submissão e iniba a inventividade”

chefias e a Administração superior (ou os cargos políticos) se dá pelas relações de dependência, pela subserviência, pelo apadrinhamento, pelo clientelismo. Por outro lado, o rodízio nas chefias e a reversão dos servidores às condições precedentes estimula a manutenção de um certo pacto da mediocridade (a exemplo do que acontece entre professor e alunos).

É relevante assinalar que não se trata, aqui, de adotar visões puristas ou posturas ingênuas. Cargos de maior hierarquia, de um modo geral, não devem ficar reservados, não devem ser privativos, não podem ficar sob controle das corporações que dominam certas instituições, sob pena de travar processos de mudanças, engessar políticas de governo. A oxigenação de algumas dessas instituições se dá a longo prazo através da revisão dos processos de seleção, mas, a curto prazo, só se torna viável com a introdução de uma cunha que rompa a impermeabilização produzida pelas próprias corporações, que podem ir transformando instituições públicas em núcleos praticamente independentes no seio da própria estrutura do Estado. É claro que esse mesmo efeito pode verificar-se também quando os quadros dirigentes são providos por não-servidores, mas, nesse caso, o processo de dissociação dos objetivos do órgão ou entidade em relação ao interesse público geral se dá precisamente por via da privatização, do desvirtuamento de sua atuação.

Em poucas palavras: a meritocracia é, em princípio, o sistema desejável. O servidor deve estabelecer uma relação primordial

com o Estado, o cidadão, e não com cada governo. Essa relação deve ser permanente, estável, mas suficientemente flexível de modo que possa ajustar-se às mudanças de rumo e de estilo de cada administração. Elementos estranhos às carreiras de Estado devem restringir-se aos escalões superiores, onde as orientações sejam predominantemente de caráter político, e não estritamente técnico. Os planos de carreira devem delinear a trajetória contínua e evolutiva do servidor na hierarquia das organizações, indicando uma perspectiva de longo prazo para quem tiver escolhido como profissão o Serviço Público. E o Estado deve assegurar à sociedade civil o controle final dos processos de admissão, progressão e extinção dos vínculos dos servidores com a Administração Pública.

“Os planos de carreira devem delinear a trajetória contínua e evolutiva do servidor na hierarquia das organizações, indicando uma perspectiva de longo prazo para quem tiver escolhido como profissão o Serviço Público”



Roberto Bocaccio Piscitelli
Professor da UnB, servidor público com passagens pelo Executivo e pelo Legislativo em vários órgãos da Administração Pública Federal.

Dias melhores virão!

Norma Operacional de Saúde do Servidor prevê melhorias nas condições de trabalho do servidor da União

Os servidores públicos federais poderão contar, em breve, com condições mais salubres de trabalho. Pelo menos é o que estabelece a Norma Operacional de Saúde do Servidor – NOSS –, ratificada pela Portaria Normativa nº 3, publicada no Diário Oficial da União no último dia 10 de maio.

De acordo com o documento, as ações de promoção e vigilância aos ambientes de trabalho, até então dispersas e orientadas pelas Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, destinadas ao trabalhador da iniciativa privada, são agora responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A especial atenção à prevenção de riscos à saúde do servidor, à avaliação ambiental e à melhoria das condições de trabalho passa a ser o desafio de agora em diante. De acordo com o diretor do Departamento de Saúde, Previdência e Benefícios do Servidor (Desap), Sérgio Carneiro, “o foco inicial é o gestor público, a quem compete a im-

plementação das ações. Mas o beneficiado, em última instância, é o servidor, que terá assegurado um ambiente de trabalho saudável”. Carneiro ressalta ainda que “promover a saúde é um desafio mundial em que todos devem estar comprometidos. No serviço público, as ações dessa natureza precisam seguir essa mesma orientação. De gestores a servidores, as pessoas devem se comprometer”. Os investimentos são altos. De acordo com Carneiro, até o fim do ano, cerca de R\$ 1 bilhão será gasto com saúde suplementar.

Segundo ele, o diferencial das ações previstas pela NOSS está no diálogo. “As mudanças serão realizadas com base nas demandas dos servidores, e não na simples avaliação de técnicos. Os servidores participam de todo o processo, relatando as dificuldades”, explica.

Questionado a respeito da motivação quanto à aplicação das ações previstas na NOSS, Carneiro explicou que “o servidor público precisa ser visto como um trabalhador que também tem direitos trabalhistas – assim como na iniciativa privada -, e não como um mero cidadão cheio de vantagens, regalias e privilégios, tal qual ainda é taxado pela sociedade”.

EXPECTATIVA

As promessas de melhoria, sem dúvida, repercutem entre os cerca de 600 mil ativos da União. Mary Anne, servidora do Ministério das Comunicações, torce para que as mudanças cheguem logo a sua sala. “Estou aguardando ansiosa pelo início dessas ações. Aqui na minha sala nada funciona como deveria funcionar, a começar pelo ar-condicionado”, conta. Para a servidora, o glamour do funcionalismo público só existe mesmo na cabeça de quem não vive o cotidiano das repartições públicas. “No imaginário coletivo, os servidores públicos são trabalhadores que

ganham acima da média, tem um computador de última geração e um armário lotado com os mais variados materiais de escritório. Triste engano. Aqui temos que tirar leite de pedra e nos virarmos de todas as formas para driblarmos as dificuldades”.

De acordo com a presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal – APSEF, Cecília Landim, as ações de que trata a Norma Operacional precisam, de fato, ser colocadas em prática. “O governo define regras para avaliação de seus servidores, com vistas ao melhor desempenho e produtividade, mas, na maioria dos casos, esquece de dar as condições para que os mesmos possam produzir e prestar serviços de qualidade”, ressalta Landim.



Pré-análise dos



pré-candidatos à Presidência

Por Leonardo Barreto

Em 1957, o economista americano Anthony Downs publicou um livro clássico da ciência política chamado “Uma teoria econômica da democracia”. Em um modelo simples, Downs afirmava que os eleitores são seres racionais e que escolhem opções políticas que mais se aproximam dos seus interesses, objetivos e preferências. Mais importantes do que os vínculos ideológicos, compartilhamento de valores ou de identidades sociais é o fato de que os cidadãos compreendem que parte significativa do seu bem estar advém da gestão realizada por governos. Dessa forma, eles podem oferecer seu apoio a diferentes grupos, de-

pendendo unicamente de quem representa maiores expectativas de ganhos futuros (aumento da renda de utilidade recebida do governo por cada indivíduo, ou seja, da percepção difusa do fluxo de políticas públicas que lhe é direcionado).

No caso da eleição presidencial brasileira de 2010, o modelo de escolha eleitoral elaborado por Downs pode ser bastante útil aos analistas. O dado mais importante de todo o processo eleitoral é o grau de satisfação da população com o governo Lula. Pesquisas realizadas por todos os institutos de pesquisa mostram incessantemente que o governo atual atingiu seus maiores índices

de aprovação em toda a série histórica, iniciada em 2003 (cerca de 80%). Na medida em que as pessoas estão satisfeitas com a administração atual, pode-se supor que elas também estejam positivamente mais sensíveis à sua continuidade. Considerando que os brasileiros sejam racionais e buscam adequar suas ações aos seus objetivos, é palpável afirmar que buscarão uma alternativa eleitoral que mais se aproxime do ideal de continuidade. Nesse sentido, a candidatura de Dilma Rousseff ganha uma força estrondosa.

Seguindo essa lógica, a principal tarefa do núcleo de campanha de Dilma é elaborar estratégias para transformar a aprovação da população em desejo de continuidade. Caso esse estado de espírito seja obtido, bastaria apenas que a candidata do Planalto reunisse principalmente dois atributos: (i) forte identificação com o atual governo e (ii) credibilidade para prometer a manutenção das principais políticas públicas. Dilma Rousseff, principal burocrata do segundo mandato do governo Lula, possui ambas as qualidades necessárias. Ela não apenas é criação pessoal do presidente como dirige o governo há pelo menos quatro anos.

Há exemplos abundantes desse tipo de fenômeno político da continuidade: Márcio Lacerda em Belo Horizonte (apadrinhado de Fernando Pimentel e Aécio Neves), Luiz Paulo Conde no Rio de Janeiro (“criado” por Cesar Maia) e Celso Pitta em São Paulo (“filho” de Maluf). Em todos os casos, escolheu-se um burocrata para dar continuidade à administração exitosa e bem avaliada do mandatário que deixava o cargo.

AS PROPOSTAS

É importante notar. O poder de transferência de votos não está ligado necessariamente à capacidade pessoal de Lula de persuadir eleitores, mas ao desejo de ver a atual administração tendo continuidade. Na medida em que as pessoas vão identificando a ex-ministra como a candidata do governo e da continuidade, seu índice de intenção de votos subirá naturalmente.

Portanto, é fácil notar que José Serra e Marina Silva encontram-se em um difícil dilema: ambos são candidatos da mudança em um momento histórico no qual as pessoas desejam a continuidade. No caso de Serra, a história lhe é duplamente ingrata, dado que na sua primeira tentativa

presidencial (derrotado por Lula em 2002), ele era o candidato da continuidade enquanto os brasileiros queriam mudanças.

Serra já sinalizou o caminho que irá trilhar. Em primeiro lugar, tentará jogar aproveitando os erros oriundos da inexperience eleitoral de Dilma (que não têm sido poucos). Em segundo lugar, deverá explorar áreas onde o governo federal não goza de boa aprovação, como a saúde e a educação. Resta saber se uma campanha temática/focalizada nesses dois temas possui amplitude suficiente para destronar outra pautada na economia e nos avanços sociais. Por fim, Serra tentará explorar a natureza inorgânica da aliança PT-PMDB, estimulando traições nos Estados. Isso pode acontecer em colégios eleitorais importantes como Rio Grande do Sul, Pernambuco e São Paulo.

“O poder de transferência de votos não está ligado necessariamente à capacidade pessoal de Lula de persuadir eleitores, mas ao desejo de ver a atual administração tendo continuidade.”

No caso de Marina Silva, sua fragilidade reside nas facetas contraditórias que permeiam sua imagem. Ela é mulher, ambientalista e evangélica. Uma mistura e tanto. Seu eleitorado “natural” seria composto de ativistas verdes e feministas com perfis bem progressistas. Entretanto, essas pessoas também tendem a ter posição favorável ao aborto, ao casamento gay e outros temas dessa natureza, que passam longe de qualquer candidata evangélica. E agora, como Marina deverá se posicionar? Privilegiar posições progressistas ou conservadoras? Qualquer caminho escolhido implica em abocanhar milhões de eleitores e descartar outros tantos.

A favor de Marina pesam sua biografia incrível, o fato da questão ambiental encontrar-se na agenda global e a simpatia da imprensa estrangeira. Lembrem-se que esse último fator foi bastante importante na campanha de Obama (ele chegou a discursar para mais de 250 mil pessoas em um comício improvisado na Alemanha).

Mesmo assim, repete-se a pergunta que se faz a Serra: uma campanha temática (meio ambiente) pode fazer frente a uma campanha concentrada em aspectos econômicos e sociais?

Para Downs, a resposta é bastante clara. Se ele pudesse analisar as eleições presidenciais brasileiras, diria que Dilma é favorita. E é mesmo. Pelo menos no que se refere ao período de pré-campanha, que dura até o dia cinco de julho. A partir daí, a propaganda eleitoral de rádio e TV é quem ditará o ritmo.

Não se trata de dizer que o jogo zera com o início do horário eleitoral. Isso não acontece.

“Não se trata de dizer que o jogo zera com o início do horário eleitoral. Isso não acontece. Pelo que tudo indica, Serra e Marina iniciarão suas jornadas atrás de Dilma.”

Pelo que tudo indica, Serra e Marina iniciarão suas jornadas atrás de Dilma. No entanto, no período de campanha são introduzidos novos elementos que ainda não estão presentes no momento, como os enfrentamentos pessoais nos debates e a possibilidade de falar mal do adversário (campanha negativa).

Outro autor mais antigo chamado Maquiavel dizia que a política podia ser dividida em duas: uma era previsível e passível de manipulação. Outra era ditada pelo acaso, por aquilo que não podia ser controlado. Com os atuais indicadores de aprovação do governo Lula e a vantagem concreta de Dilma sobre seus adversários, pode-se dizer que, atualmente, a ex-ministra da Casa Civil de Lula possui uma situação mais controlada e administrável. Já as chances de Marina e Serra dependem mais da força do imponderável.



Leonardo Barreto:
Cientista político com experiência em análise política, estratégia, prospecção de cenários e relações governamentais. Professor de Ciência Política na Universidade de Brasília (UnB)

Craques da bola e da saúde



Seja em busca de hábitos mais saudáveis, seja pelo prazer de praticar um esporte que se admira, terceira idade forma um time cada vez maior de atletas

Que garoto, quando criança, não sonhou em ser jogador de futebol? O empresário Francisco Gonçalves, 54 anos, é do time dos que sonharam. Nascido em família humilde, ele, lamentavelmente, não conseguiu concretizar seu desejo na juventude, mas, no melhor estilo “antes tarde que nunca”, hoje se orgulha de fazer parte do Flipper.

O nome, uma homenagem a um bar frequentado por amigos e familiares, é na ver-

dade a alcunha pela qual responde a equipe de futebol que o cinquentão faz parte. Sem falsas modéstias, o empresário-jogador gaba-se da atuação em campo e garante “tenho um preparo físico de fazer inveja a muitos jovens”.

A reportagem da Visão APSEF não conseguiu constatar se Seu Cimar, como é conhecido por todos, chega a ser um dos atletas injustiçados na convocação do técnico Dunga, mas o fato é que ele não é só mais

um peladeiro de fim de semana, desses que jogam sem camisa, na quadra do bairro ou do clube que frequenta com a família. Os troféus que ele exhibe em sua sala de estar confirmam a tese, juntamente com todo o aparato que mantém num espaço reservado no closet do quarto. São os pares de uniforme do time, com camisas, calções, chuteiras e meiões. Além, é claro, de malhas de compressão e caneleiras, usadas para evitar contusões mais graves.

Para ele, o futebol deixou de ser hobby para virar filosofia. “Comecei a praticar o esporte como uma brincadeira, uma forma de fugir do cotidiano e manter a forma física. Hoje, quase 15 depois, o futebol para mim ainda é uma válvula de escape, mas de forma muito mais profissional e com muito mais compromisso”. O comprometimento a que o atleta se refere diz respeito não só à periodicidade da prática – religiosamente todos os domingos – mas também às competições que participa. “A equipe não é remunerada mensalmente, mas sempre que ganhamos algum campeonato, o dinheiro que entra rende bons churrascos. É uma forma de manter os jogadores unidos”, conta.

Como o Seu Cimar, que descobriu o prazer do esporte já na idade adulta, na África do Sul, mulheres de 47 a 84 anos encontraram no futebol uma diversão e um remédio para as dores da idade. Segundo reportagem veiculada na Rede Globo, 37 jovens senhoras formaram um time de futebol e se reúnem pelo menos três vezes por semana para jogar. Da brincadeira ao compromisso, já se passaram três anos e o time das Vakhegula Vakhegula, o mesmo que “vovozinhas” na língua xitshonga, já tem até excursão programada para os EUA.

ESPORTE SEM FRONTEIRAS

No Brasil ou no país que sediará a Copa do Mundo de Futebol que tem início no



Seu Cimar descobriu o prazer do esporte já na idade adulta

próximo dia 11, o fato é que cada vez mais pessoas têm se dedicado à prática desportiva regular depois dos 50 anos.

E o futebol não é a única opção para quem quer se exercitar de forma mais disciplinada. A aposentada Cumico Higashi, de 63 anos, por exemplo, além de corredora, é lançadora de discos. Ela começou a praticar esportes aos 58 anos, para amenizar as fortes dores na coluna. O resultado não podia ser melhor: menos dor e mais disposição para as atividades cotidianas.

“Esses atletas fazem alongamento que pessoas mais jovens não conseguem. Melhorando a musculatura, eles sobrecarregam menos as articulações da coluna. Isso faz com que sintam menos dor”, explica o geriatra Guilherme Sguizzatto.

Embora não sejam considerados competitivos no que diz respeito à busca por índices olímpicos e medalhas, por exemplo, esses indivíduos participam de amistosos em suas modalidades e viajam o mundo em competições organizadas, além é claro de manterem em dia a saúde física e mental.



CONHEÇA AS ATIVIDADES FÍSICAS QUE AJUDAM A MANTER A MENTE ATIVA

A prática de exercícios físicos já é um mantra repetido exaustivamente pela ala médica. E todo mundo sabe de cor e salteado seus benefícios. Além de deixar o corpo em forma, driblar o estresse e prevenir doenças, os exercícios podem deixar a memória mais forte e em pleno funcionamento, mesmo com o passar dos anos.

A confirmação veio de um estudo clínico realizado pela Mayo Clinic, em Minnesota, Estados Unidos, e publicado no jornal científico *Archives of Neurology* (em inglês). A pesquisa concluiu que os idosos que se exercitam na meia idade (50 a 65 anos), com caminhadas, exercícios aeróbicos ou natação, apresentavam 39% menos chances de desenvolver transtornos cognitivos leves. Já aqueles que começaram a se exercitar em idade mais avançada tinham apenas 33% menos possibilidade.

O risco, porém, é o exagero. Quem nunca fez exercícios antes não pode adotar práticas repentinas e intensas. Na mesma proporção que os exercícios fortalecem músculos, dão resistência, e podem melhorar o desempenho cerebral e da memória, o repouso é fundamental para consolidar os benefícios, alertam os especialistas.

Entre os exercícios aeróbicos, a caminhada ou corrida, o ciclismo, a natação, o remo e a dança podem ser praticados diariamente. Já os exercícios de fortalecimento muscular devem ser realizados pelo menos duas vezes por semana. É assim que se preserva a boa memória.

Fonte: Portal Mais de 50

Consumo de Ômega 3 reduz idade biológica, afirma estudo

A mais recente descoberta sobre os ácidos graxos Ômega é a sua capacidade de reduzir a taxa de envelhecimento celular. A afirmação é de uma pesquisa realizada pela Universidade da Califórnia. No início do estudo e, novamente, depois dos cinco anos de seguimento, os investigadores mediram as taxas de Ômega 3 no sangue e o comprimento dos telômeros (pontas dos cromossomos que servem como protetores contra danos externos), importante marcador para a idade biológica. Ao fim do estudo, os cientistas concluíram que, à medida que o consumo de Ômega 3 aumentou, a taxa de envelhecimento celular caiu.

“Trata-se de uma gordura que desempenha papel importante no funcionamento do nosso organismo e, já que nós não a produzimos, ela deve ser ingerida para que se mantenham níveis adequados. Existem evidências de que uma dieta rica neste elemento poderia melhorar o controle da pressão arterial e reduzir os níveis de triglicerídeos no sangue. Além disso, garantimos, também, melhores resultados na prevenção da progressão de doenças já estabelecidas”, afirma o nutricionista Regis Carneiro.

As principais fontes de Ômega 3 são os peixes de águas profundas como a sardinha, o salmão, o atum, a cavala, o arenque e o bacalhau, que devem ser consumidos assados ou grelhados, e em óleos vegetais como o azeite, óleo de canola, girassol e linhaça.

Apesar das muitas opções, o consumo deve ser moderado, principalmente nos casos de pacientes predispostos a hemorragias.

Fonte: Portal Mais de 50

Consignações agora só mediante senha pessoal do servidor público

Os servidores públicos federais que quiserem fazer operações de consignação, isto é, operações financeiras com desconto direto na folha de pagamento, precisarão de senha pessoal para cada contratação. A medida foi adotada a partir deste mês de junho e, segundo o Ministério do Planejamento, o objetivo é dar maior segurança tanto para o servidor que contrai um empréstimo ou faz um plano de saúde, quanto para a consignatária que concede o serviço.

O sistema de consignações está disponível para cerca de 1,5 milhão de servidores e atualmente são feitas, em média, 4,5 milhões de operações desse tipo todos os meses.

Para cada operação de consignação será necessário que o servidor solicite uma senha, que lhe será enviada por e-mail. A solitação deverá ser feita acessando sua página virtual no Siapenet (www.siapenet.gov.br). A senha é pessoal e intransferível e deverá ser digitada no sistema, ao solicitar a operação.

Caso a operação solicitada esteja em um valor acima do permitido pela margem consignável do servidor (30% sobre o total da remuneração), a senha não será fornecida. Isso tanto fornecerá maior segurança à consignatária quanto impedirá os exageros nas contratações, que podem levar à inadimplência.

**Fonte: Ministério do Planejamento*

Fator Previdenciário e reajuste de 7%

A APSEF, atendendo inúmeros telefonemas, esclarece aos seus associados que não lhes são aplicadas as regras do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, voltadas, exclusivamente, aos trabalhadores da iniciativa privada.

Portanto, o reajuste de 7% para as aposentadorias acima de um salário mínimo e o fator previdenciário, amplamente divulgados pela imprensa, NÃO ABRANGEM SEUS ASSOCIADOS, por se tratarem de servidores públicos federais da União, com Estatuto Próprio e legislação específica para suas aposentadorias e pensões.

Gestão de servidor precisa mudar, avalia estudo da OCDE

O Ministério do Planejamento divulgou, no último dia 20 de maio, estudo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos – OCDE que traça retrato do serviço público brasileiro.

Segundo o estudo, o Brasil gasta mais com seu funcionalismo público que países como Estados Unidos, Japão, Reino Unido e Espanha. O número de funcionários públicos federais, estaduais e municipais no Brasil está abaixo da média dos países-membros da OCDE - 12% do total de empregados, ante 22%. Mas o custo deles é um dos mais altos nesta comparação. No Brasil, correspondia a 12% do PIB (a soma de todos os bens e serviços produzidos em um determinado período) em 2006, ano considerado no estudo, enquanto nos países da OCDE a média chegava a 11%.

O estudo diz que o funcionalismo brasileiro é caro. No atual governo, os reajustes dos servidores públicos federais alcançaram até 255%, ante um congelamento quase generalizado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A maioria dos reajustes decorreu depois de longas paralisações.

Uma das principais recomendações do relatório é que se foque mais em resultados e meritocracia, com menos cargos por indicações políticas. Ele sugere a alteração no sistema de contratações de funcionários em cargos comissionados, que não precisam de concurso público. De acordo com o documento, o governo poderia deixar a indicação política apenas para o nível mais alto da carreira. Os cargos intermediários seriam preenchidos com base em uma lista em que os candidatos seriam ranqueados de acordo com a experiência, a competência e o desempenho.

Outra recomendação é racionalizar a remuneração dos servidores, vinculando salários a resultados alcançados. O estudo sugere a diminuição na quantidade das carreiras e a modificação em sua estrutura, que prioriza o tempo de casa e a idade na promoção dos empregados, e não a qualificação.

A maturidade na balança

Não faltam nomes e não faltam novidades quando o assunto é dieta. Quem não tem, inventa. E quanto mais o tempo passa, mais difícil é encontrar uma dieta balanceada, que garanta uma silhueta menos rechonchuda a cada ano. Afinal de contas, por que é tão difícil perder peso depois dos 50? A explicação existe. A desaceleração do metabolismo e o sedentarismo encabeçam a lista.

Segundo especialistas, a grande dificuldade para perder peso na fase madura e/ou idosa é de ordem fisiológica. “Com o envelhecimento, o metabolismo tende a ficar mais lento, a trabalhar de maneira mais vagarosa”, afirma a médica Isa Bragança.

Manter a boa forma exige esforço. Depois dos 50 anos, ainda maior. Portanto, desconfie das promessas milagrosas. “A maioria das dietas que ouvimos por aí são muito perigosas. Elas podem até fazer efeito num primeiro momento, mas não a longo prazo. Em pessoas mais velhas, a necessidade de vitaminas e minerais aumenta, e essas dietas não suprem essa demanda”, afirma Bragança.

Comer para gastar, gastar para comer. Para perder peso com saúde o segredo é comer bem e se movimentar. Especialista em cardiologia do esporte, Isa avisa aos sedentários que é preciso manter o metabolismo a todo vapor. E, por tabela, a alimentação equilibrada. A velha regra de a cada três horas, uma garfada.

Segundo Isa, adotar uma dieta alimentar saudável ajuda no controle do peso e, fundamentalmente, faz bem à saúde. “Para quem já tem mais de 50 anos, o importante é se alimentar nas horas certas, com intervalos de três horas regulares entre as refeições. Dessa forma, o metabolismo está em constante trabalho, facilitando a perda de peso”, explica a médica.

Na hora de escolher a atividade física, pessoas com mais idade devem priorizar o equilíbrio e a flexibilidade. “Antes de tudo, é necessário fazer um teste de força para identificar o potencial físico de cada um. Em geral, os exercícios em pessoas idosos devem ter menos impacto, com menos carga e intensidade. Os mais indicados são os que priorizam a coordenação motora e a parte aeróbica”, diz Isa.

Fonte: Portal Mais de 50

A Verdadeira Fortuna

*Todos
Inconscientemente
Procuram uma fortuna.
Qual fortuna
Se quando viemos
Nada trouxemos!
A verdadeira fortuna
Que pude constituir
Durante a minha permanência
Com todos vocês,
Numa missão divina
Que a Virgem Maria
Concedeu-me,
Foi gerá-los, como gerei;
Foi educá-los, como eduquei;
Foi amá-los,
Como sempre havei de fazê-lo.
Tudo aconteceu no tempo certo
De uma forma certa
Na hora precisa.
Portanto, cultivem
E trilhem por este caminho
E encontrarão uma grande
E inestimável fortuna
Beijos eternos!*

Djanira Soares